

## ENTREVISTA COM LUCIA MARIA LIPPI OLIVEIRA



Lucia Maria Lippi Oliveira é socióloga com doutorado na Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professora Emérita da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, é uma das principais referências intelectuais na análise do chamado “pensamento social brasileiro”. Lucia Lippi foi aluna do antigo Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio nos anos 1960, sendo esse um dos principais assuntos tratados na entrevista concedida a Brena da Costa Almeida e a Guilherme Leite Ribeiro na sala da pós-graduação de Ciências Sociais da PUC-Rio no dia 30 de julho de 2024. Ela também aborda sua trajetória acadêmica ao longo das décadas seguintes e lembra de nomes importantes para as ciências sociais brasileiras, muitos dos quais foram formados pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

**Guilherme Ribeiro** - Você entrou na PUC em 1963. Essa escolha por estudar no Departamento de Sociologia e Política se deu por quais motivos principais?

**Lucia Lippi** - Bem, eu estudei obedecendo a tradição de família católica em colégios de freira. Eu queria fazer engenharia. Por isso eu vim para o Rio de Janeiro. Eu sou de Teresópolis, e em Teresópolis todas as moças faziam escola normal, mas eu não queria fazer escola normal. Enfim, vim para o Rio. Durante o científico, acabei sendo convidada a participar de um grupo de

estudantes chamado JEC (Juventude Estudantil Católica). E esse grupo foi muito importante na minha vida. Com isso, de alguma forma, no terceiro científico, eu me lembro de uma aula de matemática daquelas bem “assim”... de repente eu olhei aquele quadro negro, aquela equação enorme, e falei: “Não vou aguentar passar a minha vida toda discutindo isso”. Aí eu fiquei meio sem saber o que ia fazer. Alguém me falou: “Tem um curso aí na PUC de Sociologia”. Eu não tinha a menor ideia do que seria isso. Mas, com este nome, “sociologia”, “estudo social”, devia ser uma coisa boa. E sendo a PUC uma escola católica, para a família católica de outros tempos, ter a filha estudando na PUC era muito mais aceitável do que estudar na FNFi, na Faculdade Nacional de Filosofia, cuja fama não era boa à época. Assim, eu obtive a permissão, de alguma forma, familiar, para vir à PUC. Eu não tinha ideia do que era sociologia, eu achava curso de história uma decoreba horrorosa, não tinha o menor interesse. Eu me tranquei um mês e li tudo que é livro: qualquer livro de história, de segundo grau. Quando eu passei, passaram 40 pessoas, e eu passei no número 37. Só que em vez de ficar triste, eu fiquei felicíssima, porque a bem da verdade era para eu não passar. Só uma coisinha: fazia-se uma prova e depois tinha o exame oral a respeito de cada matéria. E aí eu me lembro de que, uma: em história do Brasil — eu não me lembro se foi essa —, eu fui bem na escrita, mas fui mal na oral. Na história geral, aconteceu o contrário. Então eu consegui uma média e acabei passando. Cheguei à PUC: o mundo encantado da Pontifícia Universidade Católica.

**Brena Almeida** - Você mencionou que você teve uma formação religiosa católica familiar. Você tinha interesse por intelectuais católicos?

**Lucia Lippi** - Não.

**Brena Almeida** - Você gostaria de falar um pouco mais sobre como foi sua vivência na JEC?

**Lucia Lippi** - A JEC pertence à chamada Ação Católica, que tem a JAC, JEC, JIC, JOC e JUC. São esses. JAC é agrária; JEC, estudantil; JIC, acho que é industrial; JOC, operária; JUC, universitária. Então a minha tradição foi a JEC. À JUC eu não fui muito ligada. Eu mudei de JEC para a AP (Ação Popular). E era uma coisa, assim, um movimento muito interessante, porque, vamos dizer assim, convivia-se com uma espiritualidade completamente diferente da igreja tradicional. Era uma descoberta. Eu menciono um princípio que se aprendia dentro desses movimentos, que era “ver, julgar e agir”. Você tinha que examinar uma situação, avaliá-la e agir sobre ela. Esse é um princípio que eu acho que todo mundo que foi dessas instituições captou. Era isso que se ensinava. Além de reuniões — havia reuniões fora do Rio, e sempre em escolas católicas. Do tipo: “Vai ter um evento, na escola não sei de onde, não sei o quê...”. Tinha um padre que era o responsável pelo grupo. Era um grupo misto, o que era muito interessante também. E você via o seguinte: é a primeira vez que você sente essa coisa da irmandade. Isso era muito forte. E eu acho que isso é uma coisa que marca. Eu conheço várias pessoas dessa época até hoje. Tem algumas reuniões que se fazem, almoços etc., de pessoas dessa época. E normalmente eram pessoas de liderança. O movimento católico não se interessava por aquela pessoa religiosa que



fosse mística. Não era esse o caso. É *ação* católica. Atuar na sociedade, atuar no meio estudantil. Entendeu? E vocês vão ver depois que as principais lideranças da Escola de Sociologia e Política nos anos 1960 vêm da JEC. Aí o segundo presidente do centro acadêmico, Vicente Carlos Y Pla Trevas sobre o qual eu vou falar adiante, vem da JEC da Paraíba; o Arlindo Fábio Gómez de Sousa vem da JEC do Rio Grande do Sul; o Luiz Antônio Cunha não chegou a ser presidente, mas depois eu falo mais dele. Agora, depois a gente vai ver como essa juventude estudantil universitária católica migra para um movimento político, que é a AP.

**Brena Almeida** - O Departamento de Sociologia e Política da PUC foi criado em 1954 pelo Padre Ávila, numa instituição católica com vocação para pesquisa. Você o conheceu durante a graduação? Você conheceu o movimento em torno do solidarismo?

**Lucia Lippi** - Essa sua pergunta procede, eu só não tenho muita certeza sobre a vocação para pesquisa. Normalmente as universidades, quer dizer, mesmo a Faculdade Nacional de Filosofia, ensinava para ser professor. A sociologia está na minha cabeça e eu acho que se apresentava com uma alternativa, que seria a pesquisa, e por isso também me interessou.

**Brena Almeida** - Você chegou a ter convívio com o Padre Ávila, você chegou a conhecê-lo?

**Lucia Lippi** - Ele era uma pessoa absolutamente gentil, sabe? Um homem educado, fino. [Todo mundo falava dele.] Tinha um certo encantamento, ele era uma pessoa encantadora. E ele criou o tal do movimento solidarista, o MSU (Movimento Solidarista Universitário). Era importante, quer dizer, ele queria também que a elite católica tivesse um papel positivo na sociedade. Essa elite católica tem outras atividades no Rio, inclusive, que não tem a ver com a escola; mas foi importante. Ele formou pessoas. Dentro da PUC, o MSU era forte na faculdade de Direito. Eu lembro de três nomes lá no Direito que foram figuras também importantes, e eu menciono um deles, que foi do Supremo Tribunal Federal: Carlos Alberto Menezes Direito. Outro foi o Paulo Sérgio Pinheiro, da Comissão da Verdade, que prestou serviço à ONU, e é a figura mais internacional da nossa geração. Ele era alto, magro, de nariz grande e usava óculos. Era conhecido por todos como “de Gaulle”, [tal qual] o presidente francês.<sup>1</sup> Todo mundo falava: “O de Gaulle já veio?”. O de Gaulle [em questão] era ele. E dentro da sociologia o Eurico Borba, que veio a ser presidente do IBGE<sup>2</sup>. Essas pessoas eram do MSU. Agora, nós, essa turma que vinha dessa Ação Católica, da JEC, estava vivenciando a migração desta juventude estudantil católica para a Ação Popular. Então, a AP — eu faço uma simplificação boa — acreditava no materialismo histórico, toda uma vertente voltada mais ao marxismo, só que nós continuávamos acreditando em Deus. A gente não era materialista naquele sentido. Então tinha essa ambiguidade. E isso foi num processo de radicalização até que a Igreja dissesse: “essa turma não”. Foi a Igreja que rompeu completamente. E a figura fundamental desta migração é o Padre

<sup>1</sup> O general Charles de Gaulle foi presidente da França entre 1944 e 1946.

<sup>2</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Henrique Vaz, também jesuíta, que deu os fundamentos. Era o que a gente lia, [como] Pierre de Chardin; havia uma série de livros que dava ordem à coisa. E este movimento aconteceu na PUC antes da sociologia. Foi Aldo Arantes que veio dessa variante: JEC, JUC, AP; chegou ao diretório do Direito, foi eleito presidente do TCE, e virou presidente da UNE. Então é um movimento de junção de um grupo católico, ou derivado do catolicismo, com outros setores de esquerda, no movimento estudantil brasileiro. Então acho que a experiência do Arantes na PUC foi o que permitiu essa outra experiência na sociologia acontecer.

**Guilherme Ribeiro** - Retomando um pouco quando você começa a graduação, você disse para a gente que sociologia “devia ser legal”. Você não sabia direito o que era, mas obviamente descobriu, pela sua brilhante carreira. Nesses primeiros anos aqui no Departamento de Sociologia e Política, você consegue lembrar quais foram seus primeiros interesses de pesquisa e por que eles vieram?

**Lucia Lippi** - Eu demorei muito a entender o que era sociologia. Não foi rápido, não. Mas eu tinha uma coisa concreta. Quer dizer, eu participava de mil atividades, eu era uma militante dentro do departamento. E eu verdadeiramente estudei pouquíssimo nesses meus primeiros anos, entendeu? Não me interessava. Eu me interessava em passar mais tempo no diretório, que ficava nesta casa. Agora eu tinha também na cabeça que eu não queria virar professora, que eu não estava estudando sociologia para virar professora de sociologia. Então eu tinha interesse em pesquisa. Quando me perguntavam? “Você vai dar aula?”, eu respondia “Não, eu vou fazer pesquisa”. Então eu me preocupei em me preparar para fazer. Tinha um setor, não era nem um departamento, de pesquisa aqui, que contratava alunos para aplicar questionários, levantar [dados]. Esqueço quem fazia isso, mas não era professor da casa. Não sei qual era o estatuto dele. E ele convidava, então eu me interessava por isso. Eu participei [muito]. “O grupo vai entrevistar, vai aplicar questionário na favela de não sei onde.” Vamos lá. O que eu andei de trem da Central etc. e tal, para fazer... eu sabia que para eu poder ter carreira naquilo eu tinha que ter uma experiência de pesquisa. E isso foi importante, porque, embora eu participasse do trabalho de campo, não participava da pesquisa, a gente não discutia com ninguém, apenas tinha que apresentar aquilo.

**Guilherme Ribeiro** - Você estava falando que tinha essa experiência de fazer pesquisa, de aplicar questionários, e isso começou a despertar alguma coisa da vontade de continuar a pesquisar?

**Lucia Lippi** - Não. A vontade de fazer pesquisa tinha sido também uma motivação, porque, para atuar no mundo, você tem que conhecer a realidade. Então, eu não sabia muito bem o que poderia ser o trabalho do sociólogo, mas tinha esse lado de conhecer a realidade. Então era relevante. E eu sabia, por outro lado, que, se eu me formasse, eu tinha que trabalhar em alguma coisa. Como eu não queria ser professora, eu teria que ser pesquisadora em algum lugar. Então era o que me motivava a participar dessas [experiências]. Agora, era muito precário, porque, o seguinte: havia curso de métodos e técnicas de pesquisa, mas era um problema, porque no curso e nos livros que

líamos, era de uma obviedade horrorosa. E eu falei: “Meu Deus do céu, eu não preciso disso”. Você sabe. Até o dia em que você vai a campo mesmo e descobre que você não sabe nada.

**Guilherme Ribeiro** - Lúcia, nesses primeiros anos de graduação, você lembra das pessoas com as quais você conviveu aqui no departamento? Em relação a professores, trocas com outros colegas, amigos, com quem você talvez mantenha contato até hoje?

**Lucia Lippi** - Tinha o seguinte, que eu até te falei: eu, com esta vivência, estudei pouquíssimo. E eu pensei: como é que eu enfrentei a PUC, vindo do interior? Eu acho que, de um lado, foi essa experiência da JEC. De outro, como eu fiz científico, eu vi no primeiro ano que tinha um curso de estatística. E era o terror de todo mundo. Aí na primeira prova eu lembro que o professor chegou lá, a turma era de 40 pessoas. Era primeiro ano. “Tem aqui um aluno, Jorge Gomes”, Jorge Gomes vinha da engenharia e parou engenharia para fazer sociologia, “que tirou nota 10. E tem uma moça, Lúcia Maria, que tirou 9,5 na prova.” Aí a turma inteira parou e olhou quem era aquela pessoa que tinha tirado 9,5. Óbvio, eu tinha feito científico, não tinha dificuldade operacional de matemática, achava bom. Então de alguma forma isso minimizou a diferença social que existia. A PUC era um lugar muito menor, tinha no máximo 2000 alunos — sei lá, não me lembro —, a sociologia não tinha nem 80 alunos, era pouquinho. As meninas, eu não lembro se a gente vinha estudar de calça comprida, mas eu acho que não. Vinha de saia, e eu me lembro que eu tinha duas saias. Uma que [usava] enquanto a outra estava lavando. Era visivelmente uma pessoa malvestida para os padrões da época. Mas isso não tinha a menor importância, porque a gente aprendia. Então, a aula do Padre Ávila era interessante, apresentava minimamente uma sociologia para a gente. Tinha o padre Ozanan, também, que foi mais marcante do ponto de vista da sociologia, porque ele começa a ensinar o que se chama de estrutura social e mudança social. Anos depois, eu li tudo sobre o Donald Pierson, porque era o modelo da sociologia que o Ozanan nos ensinava. Era Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a Escola Livre de Sociologia. Mas à época eu não sabia. Interessava um pouco mais. O curso de antropologia — meu Deus do céu, eu vou falar isto — era dado pelo professor Manuel Diégues, que era de você dormir em sala de aula. Coitado, estou falando uma maldade. Anos depois eu estudei sobre Diégues, a importância dele etc., mas de fato eu não tive o apelo de ir para a antropologia porque aquilo não me dizia nada. De quem mais que posso lembrar? Acho que no último ano teve um curso do Luiz Costa Lima, que era Sociologia da Cultura, que foi interessante. Teve um curso também do Cândido Mendes, ilustre professor. Ele escrevia no quadro negro, e, quando chegava ao final da aula, ele tinha completado o quadro inteiro com um esquemão e tal, que eu achava interessante, bonito. Metade da turma não entendia e eu também não. Eu conheço colegas que vão falar coisas maravilhosas sobre o curso da sociologia, eu não vou falar isso, e nem sei se era por culpa da sociologia e do curso, ou dos meus interesses. Eu passava mais tempo nos pilotis do que em sala de aula. Aí tem coisa interessante. Lá onde era a engenharia tinha um bar de um português, e uma das coisas interessantes é que, na hora que

você comprava uma ficha do café, você recebia uma fichinha e tinha na fichinha escrito assim: “Nobrecidade católica”. Porque ele contratou a ficha por telefone. Então o português falando [imitando sotaque português] “universidade católica”. O sujeito guardou nobrecidade e gravou na ficha. Já tive essa ficha guardada também e não tenho. Era todo mundo falando: “O que é isso?”. Ali embaixo da primeira escada tinha o quadro de avisos, de escritos, ali a engenharia postava coisas muito interessantes também... então a comunicação se dava pelo quadro na parede. Era muito primitivo, digamos assim. Essas pessoas que eu mencionei, por exemplo, o Vicente; o Arlindo; o orador da turma, Ayrton Fausto. Ayrton fazia direito e sociologia. Algumas pessoas também na turma à frente da minha faziam sociologia porque queriam fazer exame para o Itamaraty, então é a ideia de que a sociologia ofereceria também informação, fundamentos para passar para o Itamaraty. Então são pessoas que eu conheço até hoje. A trajetória pós-faculdade de cada um desses vai variar bastante, mas tinha-se a sensação de que eram pessoas nas quais você podia confiar. Você podia fazer trabalho, podia namorar, pessoas que eram confiáveis. Acho que isso ficou.

Quando eu entrei para o IUPERJ, tinha em mente que precisávamos entender melhor o que tinha acontecido e o que estava acontecendo. Nós tínhamos uma ideia anterior que era falsa, né? Eu lembro que depois desta época eu li um livrinho do Wanderley que chamava *Quem dará o golpe no Brasil?* em que ele dizia isso<sup>3</sup>. E ele foi escorraçado. Porque ele mostrava a chance do golpe que aconteceu em 1964. A gente não tinha lido isso antes, achávamos que o golpe não ia acontecer. Eu pensava que nós precisávamos parar de repetir chavões. “Reforma de base” etc. Não era isso. Depois eu quero voltar para a história da experiência no Nordeste. Mas então eu fui fazer o curso do IUPERJ. Tinha um lado do IUPERJ que era a presença de vários professores, mineiros, que tinham feito doutorado nos Estados Unidos. Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman (único dos mineiros que faz o doutorado no Chile), Amauri dos Santos, o grupo de Minas era muito forte, mas isso é uma outra história. E no IUPERJ tinha a presença da ciência política norte-americana. Não à toa a revista do IUPERJ chamava e se chama *Dados*, ou seja, uma visão empirista da pesquisa. Então eu estudava aquelas coisas do empirismo norte-americano, mas eu não estava muito convencida daquilo. Tinha um curso do Hélio Jaguaribe que era sobre política brasileira — ele foi do ISEB<sup>4</sup>, numa corrente do ISEB que brigava com a do Guerreiro Ramos. E ele era uma figura muito interessante, sabia tudo, falava à beça. Só um parêntese para a gente entender: no IUPERJ, o modelo de pós-graduação tinha grupos de pesquisa, e fazia subgrupos para apresentar trabalhos. Quando um grupo apresentava o seu, o Hélio Jaguaribe ficava assim, tirava um cochilo. A gente ficava ofendido. Hoje eu falo: “Tinha toda a razão”. Um homem que sabe milhões de coisas ouvia a gente dizer bobagem. O curso dele abordava a montagem do pós-

<sup>3</sup> Texto publicado em 1962.

<sup>4</sup> Instituto Superior de Estudos Brasileiros.



Era Vargas, 1950 e adiante. A gente sempre achou que os partidos políticos não tinham significado nenhum, porque não eram partidos ideológicos, eram todo um somatório de interesses. Achava que a vida partidária não tinha [importância]... E aí eu comecei a ver a importância do PSD, como é que ele montou no pós-Vargas, a mesma discussão PTB x PSD, os dois herdeiros de Vargas. Entendeu? E a UDN como oposição.<sup>5</sup> Então eu entendi que, para entendermos o poder, precisávamos estudar isso. Foi daí que saiu a proposta de estudar o PSD. Às vezes me perguntavam: “O que é que você está estudando? O PSD? Como? [O partido] não presta para nada”. Todo mundo desmerecia. E aí que eu resolvi entrevistar Amaral Peixoto, Ulisses Guimarães, Tancredo Neves... Uma dissertação de mestrado pegando esses testemunhos, o que não era comum, então por isso que eu fiz. E esse foi um passo. Outro momento importante foi um curso que o Simon Schwartzman deu, que discutia um pouco a tese dele, a coisa dos bandeirantes, paulistas e mineiros na política brasileira, e a política do Império. A gente juntava duas ou três pessoas e fazia um *paper* final. Ele escolheu alguns *papers* e o meu foi publicado na revista *Dados*. Então foi a minha primeira publicação, que era sobre os anos 1930, a Revolução de 30. Fizemos eu, Celina Vargas do Amaral Peixoto, que era minha colega aqui na graduação, e Maria Aparecida Alves Hime, nós três fizemos sobre Revolução de 30. Tenho que mencionar que durante o mestrado no IUPERJ, Celina Vargas vai à Europa e, ao voltar, cria o CPDOC<sup>6</sup>, na Fundação Getúlio Vargas (FGV). A essa época eu dava aula na UFF — depois eu volto à minha história específica —, e ela me convidou para trabalhar no CPDOC. E eu fui trabalhar coordenando um grupo que se chamava Brasileira, que estudava as interpretações sobre 1930: sobre como que, à época, se leu a Revolução de 30. Aí depois fiquei 34 anos no CPDOC estudando coisas da política brasileira. Eu fui tomada pela questão do nacional, minha tese de doutorado tem a ver com isso, estudei isso.

Então, 1964 tem esse impacto. Eu lembro de um momento em que eu, uma amiga minha e seu irmão que tinha carro passando pelo Aterro do Flamengo e vendo a UNE pegar fogo. Eu saí impactada com aquela cena. 1965 foi um ano difícil. Mas em 1966, ainda durante a graduação aqui, eu tive duas experiências fundamentais. Uma foi passar um mês nos Estados Unidos. Por que isso? Uma instituição que se chamava Associação Universitária Interamericana, a AUI, levava 100 estudantes brasileiros para passar um mês nos Estados Unidos. Alguém me falou que ia ter uma seleção; eu pensei: “Mas como?”. “Eles pagam tudo.” “Ah, então estou interessada! Vamos ver o que é que é isso.” E tinha um processo de seleção, primeiro era um teste de múltipla escolha; enfim, iam cortando, e aí acabei descobrindo que eu estava [dentro]. E era assim: você passava um mês nos Estados Unidos. Primeira vez que eu entrei num avião. A Associação juntava 100 estudantes brasileiros, de Porto Alegre, Brasília, enfim, eles faziam isso pelo Brasil

<sup>5</sup> Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN) foram três dos maiores partidos políticos brasileiros entre 1946 e 1964.

<sup>6</sup> Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

inteiro, e você passava uma semana na casa de uma família americana, em torno de Boston. Algumas pessoas ficaram em casas de família — tem muita população de origem portuguesa, então essa estada lá envolvia essa semana. Depois você passava 15 dias em Harvard para um seminário. Como os estudantes estavam de férias, nós dormíamos em Harvard. A universidade é um encanto, New England, aqueles tijolinhos lindos, aquela coisa, o Charles River passava pelo gramado em que se namorava. Tinha um amigo meu, que, na hora de tomar café — havia a cafeteria, havia um lugar em que você pegava leite —, ele falava, gozando: “Na minha terra quem dá leite é uma vaca, não uma máquina”. Tinha uma mulher, Ms. Elizabeth, pequenininha, magrinha, que dava ordem para aqueles 100 estudantes brasileiros. A voz era tão imperativa. “Agora é a hora...” Então tinha horário, os programas marcados etc. E aí que tivemos um seminário em Harvard. O seminário apresentava problemas, questões etc. E tinha os brasileiros que achavam que as perguntas questionavam aquele palestrante. Obviamente, eu não fazia parte deste grupo. Tinha um antigo viajante da AUI, de anos anteriores, que era monitor de cada grupo. E aí meu grupo ia à noite para alguns lugares de jazz em Boston e chegávamos para dormir. E, assim, o dormitório das meninas de um lado, e dos meninos do outro. A gente entrava, e ninguém se [importava]. Mas os meninos tinham que assinar quando entravam para saber a hora. Sabe o que eles assinavam? Jânio Quadros, João Goulart... Aí falávamos: “João Goulart tá uma coisa horrorosa, tá chegando tarde toda noite”. Que maluquice. E aí no outro dia tinha conferência de manhã! Então todo mundo acordava, botávamos os óculos escuros e íamos. Também fui uma relapsa, fui lá para apreender a vida americana, e é encantador. Muitos anos depois, eu estou lendo sobre a AUI,<sup>7</sup> e mencionava a presença de Henry Kissinger. E eu não sabia quem era Henry Kissinger, não dei a menor atenção. E um momento difícil dessa viagem foi quando em Washington nós fomos visitar a embaixada brasileira. Juraci Magalhães era o embaixador. Aquele que disse: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Não sabia se dava ou não a mão para cumprimentar o Juraci. Fomos e voltamos, e a coisa mais importante foi o número de estudantes brasileiros que eu conheci nesta viagem.

**Guilherme Ribeiro** - Em 1964, veio o golpe. Como vocês perceberam isso enquanto estudantes do Departamento de Sociologia e Política da PUC?

**Lucia Lippi** - Bom, no ano de 1963 um evento importante que a sociologia fez, inclusive na PUC, foi a chamada Semana do Nordeste. Essa Semana do Nordeste teve um concurso de monografias, as pessoas podiam escrever a respeito, teve mostra de artesanato do Nordeste, um evento importante na universidade. E o Vicente e — eu não me lembro se foi o presidente anterior — Jacques Veloso, eu sei que eles programaram uma palestra na PUC de Miguel Arraes, governador de Pernambuco. Eu tenho a impressão de ter sido o Vicente porque o Vicente veio da Paraíba, então, os contatos dele no Nordeste eram maiores do que do Jacques. Então o Miguel

<sup>7</sup>RIDENTI, Marcelo. O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural. São Paulo: Editora Unesp, 2022.





Arraes veio. Ele falou da janela do diretório, aqui. E os estudantes vieram todos assistir. Isso já foi uma coisa braba. E a cada dia você tinha um evento. Então já estava tudo assim, com a situação do país borbulhando. Então aconteceu um evento importante de ser mencionado: a revolta dos marinheiros. Isso foi em início de 1964<sup>8</sup>. Os marinheiros estavam lutando para vencer um regimento da marinha que proibia o marinheiro de casar-se. Depois, o marinheiro não podia votar nem ser votado, e tinha mais alguma coisa assim, terrível. Então eles resolveram fazer uma [revolta], e este movimento se reuniu no auditório do Sindicato dos metalúrgicos da cidade. Trancaram-se lá em defesa dos seus direitos. Obviamente os estudantes foram chamados para se envolver com o assunto. A chapa estava esquentando, a chapa estava quase fervendo. E os estudantes foram dar apoio à revolta dos marinheiros. Eu sei desse assunto já que os estudantes foram chamados a dar apoio a tal manifestação e o Vicente, que era o presidente do diretório, relatou há pouco tempo: eles foram chamados para dar apoio aos marinheiros, e quando saíram tinha uma posição assim: “Então nós vamos fazer um manifesto em solidariedade aos marinheiros”. Só que isso era uma sexta-feira. E tinham que discutir o assunto com o setor estudantil, mas não havia tempo. Então o presidente do diretório fez um manifesto, e este manifesto foi publicado no *Correio da Manhã*. No *Correio da Manhã* aparece — eu já peguei esta página do *Correio* — “Sociologia da PUC apoia Revolta dos Marinheiros”. [Risos.] No domingo. Isso devia ser 24, 25, 26 de março. Com isso, o Vicente foi a única pessoa da PUC que foi convidada a se retirar da casa. Agora, eu falei: “Mas, Vicente, que é isso?”. “Pois é, saímos da reunião, não dava tempo de fazer, e eu resolvi fazer isso...” É só para dizer como é que isso aqui estava... Acho que à época nós todos acreditávamos nisso. [Era a] união estudantil, operária, camponesa, que ia acontecer, de fato, pela nossa cabeça e pelo que se estudava, pelo que se sabia na época. A revolução brasileira estava em curso. Reforma de base, todos esses princípios estavam no nosso cotidiano. Então a gente achava que era assim mesmo, “temos que enfrentar as forças da reação”. Tudo no caso ainda com um manifesto, uma palavra, não tinha nada ali além disso. Então com isso, quer dizer, quando acontece o 31 de março e o 1º de abril<sup>9</sup>, está todo mundo sem entender, porque, afinal de contas, se a realidade estava conosco, se a história estava conosco, de fato o golpe não tinha que ter acontecido. As forças dessa esquerda que estava cantando reforma de base, isso tudo, era o arroz com feijão da gente. Então aquilo foi um golpe e foi um golpe na nossa vida, foi um baque. Isso depois que vai dar em mil cisões destes movimentos; uns que falam “temos que continuar de todo o jeito”, e que vai chegar muita gente inclusive optando por luta armada – uma maluquice completa; e outros que só ficavam decepcionados. Eu acho que o meu interesse em vir fazer o mestrado em política tinha a ver com isso. Eu tinha que entender o que acontecia na sociedade brasileira, o que acontecia na vida

<sup>8</sup> Alusão à Revolta dos Marinheiros, ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos entre 25 e 27 de março de 1964, evento considerado estopim para o golpe de 1964.

<sup>9</sup> Alusão ao golpe militar de 1964.



política brasileira, que permitisse entender inclusive o golpe. Então acho que essa é a tradição. E todo mundo, não era [só eu]. Não era uma opção exclusivamente individual.

**Guilherme Ribeiro** - Então, com o golpe consumado, você fica aqui até 1966, pegando dois anos do golpe. A PUC de alguma forma serviu como alguma espécie de proteção aos estudantes contra o arbítrio, por ser uma universidade católica? Você enxerga dessa forma?

**Lucia Lippi** - O seguinte: a PUC de alguma forma teve uma atuação, eu diria, ambígua. Porque é outra coisa que eu [risos] não sei se falo. De alguma forma, vínhamos estudar, não tinha polícia dentro do campus — em alguns lugares você sabia que havia na sala de aula agentes do SNI<sup>10</sup>, e isso não vi na PUC. Então a proteção da Igreja neste sentido era importante. Agora isso não significa que algumas pessoas... dependia do envolvimento de cada um deles; algumas pessoas estavam, mesmo ainda na PUC, participando de muitas atividades fora da PUC. Atividades todas no mundo estudantil. E entre 1964 e depois 1967 e 1968 muda muito o nível da questão. Você começa a falar, participar de um evento, distribuir panfletos na Central do Brasil etc. Eu sou de um grupo — e aí vou fazer um esclarecimento. O grupo da AP da sociologia foi expulso da AP. Porque foi marcado que nós devíamos nos encontrar lá na cidade, não sei em qual ano, para distribuir um panfleto na Central do Brasil. Só que só receberíamos o panfleto lá na hora. Eu não vou distribuir um panfleto em que não sei o que tem! E o grupo resolveu não comparecer. Aí foi considerado que era uma insubordinação indesejada e o grupo inteiro foi expulso. Eu brinco que eu deveria botar no meu currículo: “Fui expulsa...”. [risos.] E continua. E aí é que vem outros movimentos mais ainda, ainda não era luta armada, mas que muda completamente. E a partir então de AI-5<sup>11</sup>, em 1968, aí passa a ser outra conversa. Eu tinha certeza de que eu não faria uma coisa em que, se um sujeito ameaçar me dar um tapa, eu conto qualquer coisa que ele queira. Eu não vou resistir à tortura. Não tinha, não tinha como. Então você tem que adequar a sua atuação aos riscos que você vai correr, né.

**Guilherme Ribeiro** - Como surgiu o interesse por estudar o PSD, o partido político, e como isso influenciou na sua trajetória acadêmica?

**Lucia Lippi** - Foram vários fatores. Eu ainda não tinha me formado e durante umas férias de julho, soube que ia ter uma pesquisa no Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais do Rio de Janeiro, e tinha uma vaga lá. Eu fui lá ver. E aí é que foi uma pesquisa sobre polos de desenvolvimento. Essa pesquisa seria feita em Petrolina e Juazeiro, de Pernambuco. Aí eu fui e me aceitaram, então eu fui ser coordenadora da aplicação de questionários e seleção de pessoas. Treinava-os. Nesse sentido, eu aproveitei o que eu tinha feito aqui [na PUC]. E aí passamos um mês, um mês e meio nesse interior, a equipe toda. E aí você convive com a equipe,

<sup>10</sup> Serviço Nacional de Informações.

<sup>11</sup> Ato Institucional de número 5 foi editado em 13 de dezembro de 1968 e foi considerado um dos mais duros do regime, suspendendo o habeas corpus, prevendo o fechamento do Congresso Nacional e intensificando a censura.

you escuta, entendeu? You participa, é membro de uma equipe. Não é só aplicadora de questionário. E isso foi importante também para conhecer o Nordeste porque seria lá que a contrarrevolução ou a revolução verdadeira viria, né? De outro lado, [foi] a primeira vez que eu fui visitar o primeiro experimento de agricultura com água do São Francisco. Criação de uvas à beira do São Francisco. Há pouco tempo eu vi uma foto de Petrolina. Eu conheci um lugarejo. Não tem nada a ver com isso, é uma cidade. Juazeiro é uma cidade do século XIX. A terra de João Gilberto. Mas Petrolina, não. Petrolina era nada. Uma é do lado do Rio, tem a ponte, e tem a outra. Só que o aeroporto é em Petrolina. Então conheci, fui ao Nordeste. Eu me lembro de falar para um companheiro meu: “Isto aí [o governo militar] vai durar uns 10 anos”. E durou muito mais. Enfim, eu pensei: “Vou cuidar da minha vida, que não vai dar por aí”.

Essa pesquisa em Petrolina e Juazeiro me permitiu que no ano seguinte eu voltasse ao Rio Grande do Norte coordenando uma pesquisa similar. E aí eu já era chefe da equipe. Foi importante. Fiquei no Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais uns dois ou três anos. Passavam pessoas interessantes ali. O Centro à época estava sob coordenação do Manuel Diégues, mas tinha essas coisas como o convênio com a Sudene<sup>12</sup>. Essas pesquisas eram feitas Sudene-CLAPCS<sup>13</sup>. Agora, tinha a seguinte questão: a Sudene pagava a cada três meses. Depositava a parcela e aí o Centro pagava a gente. Você vivia três meses sem ter dinheiro. Eu pedia dinheiro emprestado a todo mundo. Quando eu recebia eu pagava todo mundo. “Eu devo, mas eu pago o reescalonamento da minha dívida externa.” Pagava todo mundo. Aí chegou um momento em que eu não posso viver isso, entendeu? Então eu larguei o Centro e fiz um teste para o SESC nacional. E aí, [foi o] primeiro lugar em que eu tive carteira de trabalho, primeiro lugar em que eu abri conta bancária — porque nos outros você recebia em dinheiro. Então todas as coisas que permitiam você ter uma vida normal. Primeira vez que eu consegui alugar um apartamento. [Risos.] Porque pediam essas coisas para você fazer e você não tinha. E de alguma forma eu me consolava dizendo assim: “Wanderley Guilherme dos Santos, depois que foi afastado da Universidade do Brasil, trabalhou no SESC nacional. Se Wanderley trabalhou no SESC e depois virou isso tudo, eu posso trabalhar no SESC”. Eu saí do CLAPS que, a esta época, estava em processo de decadência. Saí do Centro e fui trabalhar no SESC. Mas é preciso mencionar uma coisa horrorosa que aconteceu no Brasil, o CLAPS que foi perdendo as fontes de financiamento e acabou sendo fechado. O centro era apoiado pelo governo brasileiro, governo chileno, e tais governos não davam mais dinheiro, não acontecia nada. Este Centro que tinha a maior e melhor biblioteca sobre a América Latina do país. E tinha figuras da sociologia argentina presente, não era pouca coisa não. Essa biblioteca foi vendida para pagar obrigações trabalhistas das pessoas que tinham carteira assinada – foi vendida como papel velho. O CLAPS publicava

<sup>12</sup> Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

<sup>13</sup> Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais.

uma revista chamada *América Latina*, que foi importante no estudo da região. Então a gente vê essa coisa assim se minguando, acabando, é triste. Mas voltando ao meu último ano na graduação; nesse último ano, eu vivi essas duas experiências: de um [lado], o Nordeste, e de outro, o Centro Latino-Americano.

**Brena Almeida** - E o seu doutorado na USP? Poderia falar um pouco de quais foram as influências desses intelectuais paulistas para você, que veio do Rio?

**Lucia Lippi** - Eu tinha ido para o CPDOC, coordenei uma pesquisa chamada “Brasileira”, que também era o título de uma coleção famosa sobre o Brasil. Já que havíamos estudado 1930, de alguma forma tudo isso encaminhava para que depois estudássemos o Estado Novo. Então fizemos um projeto também sobre o Estado Novo, que deu um livrinho chamado *Estado Novo: ideologia e poder*, que escrevemos eu, Angela de Castro Gomes e Mônica Pimenta Velloso. Também, quer dizer, o nosso trabalho começou a encaminhar por razões óbvias de uma área que depois veio a ser chamada “pensamento social brasileiro”. Na época ainda não tinha esse nome. Outros grupos do CPDOC estavam estudando assuntos correlatos: sobre a Constituição de 34, sobre a política dos Estados: São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco...

Acho que da experiência da minha vida profissional o mais importante foi o CPDOC. Porque havia uma conjugação de interesses de pesquisa. Então cada um estudava um aspecto, um tema, mas que tinha a ver um com outro. Então você saía da sua sala, entrava na outra, perguntava: “Como é que foi mesmo aquele conflito político?” Havia uma conexão de trabalhos muito grande. Não foi à toa: o CPDOC é de 1973, eu entro em 1976, porque foi a data do primeiro convênio FINEP<sup>14</sup>. Foi a FINEP que possibilitou isso. Mas era uma experiência [com] mais ou menos todo mundo [em igual em nível de titulação]: fora a Aspásia Camargo e a Alzira Alves de Abreu, que tinham feito doutorado na França, eu era a pessoa mais graduada. Os outros ainda estavam fazendo mestrado. Ali foi uma experiência de grupo, de pesquisa... nem sei se existe mais isso. Mas foi muito importante e determinou essas outras coisas. Eu pressionei muitos para que os pesquisadores fizessem o doutorado. Eu falava para as pessoas depois o seguinte: “Não importa se você sabe dirigir ou se você não sabe dirigir. Se você não tiver carteira de motorista e você for pego, você tá frito”. Então eu olhava o doutorado como carteira de motorista. Tipo, eu sei, eu sei coordenar pesquisa, mas não adianta: eu preciso ter um doutorado. E, no fundo, o doutorado da USP foi o mais fácil, sem problemas. Porque, quando você ia para a USP, você se matriculava na pós-graduação e levava o seu currículo para eles avaliarem. Eu tinha feito o mestrado no IUPERJ na primeira turma, e eu fiz à época milhões de cursos. Eu não estava nem preocupada com quantos eu precisava fazer ou não fazer. Se eu via um curso que me parecia interessante, eu me inscrevia. Então quando eu levei meu currículo lá para USP, eles reconheceram todos os créditos do mestrado e eu precisei fazer dois cursos. Um deles eu podia

<sup>14</sup> Financiadora de Estudos e Projetos.



fazer no Rio. Então fiz na PUC. Eu ia a São Paulo uma vez por semana, fazia um curso com o meu orientador, o Gabriel Cohn, sobre a Escola de Frankfurt. Eu só ia lá e voltava no mesmo dia. A essa altura eu já tinha dois filhos, eu não podia parar a vida. A bem da verdade, eu cheguei ao Gabriel com ajuda de Maria Victória Benevides, da USP, que cursou 2 anos na Sociologia da PUC-Rio. Eu conhecia a Maria Victória, estudamos partidos políticos, ela, a UDN, eu o PSD, a gente tinha contato. A Maria Vitória foi quem intermediou meu contato com o Gabriel Cohn. A minha relação com a USP tinha vindo também do mestrado, porque Francisco Weffort foi da minha banca de mestrado. Weffort foi da minha banca, da qual também participaram Simon Schwartzman e Wanderley Guilherme dos Santos. E aí eu tinha contato mais com o CEDEC<sup>15</sup>, que é o centro que Weffort criou em São Paulo.

Vale lembrar uma situação interessante. Eu estava estudando Guerreiro Ramos. Por quê? Porque Guerreiro Ramos pretendia fazer uma sociologia brasileira. Eu vinha pesquisando história nacional, Estado Novo etc. O papel do Estado Novo na construção de uma ideologia nacionalista é absolutamente fantástico, até hoje. Então eu via isso e estava interessada. E o Guerreiro é uma figura muito interessante. Tinha uma coleção publicada em São Paulo sobre sociólogos, aí eu sugeri ao Gabriel Cohn: “Podíamos fazer um número sobre o Guerreiro Ramos”. Ele respondeu assim: “Não é possível, quem coordena a coleção é Florestan Fernandes, a figura com quem o Guerreiro guerreou o tempo todo”. Ainda tinha este tipo de conflito. Eu estudava um tema que era o anteposto do Florestan. Eu não tinha a menor chance. Então são as ironias da vida, não é? E tem também o seguinte: quando eu fui para a USP, eu já tinha um projeto, eu queria estudar a questão nacional focando o Estado Novo e andando para trás, em vez de caminhar para frente. E eu fiz esse projeto, mas o Gabriel teve sensibilidade e botou na banca dois historiadores. Eu não sei se eu sou uma socióloga com olhar de historiadora ou se eu sou uma historiadora com olhar sociológico. Eu faço esse mix. É preciso registrar que aquele projeto foi recusado no doutorado do IUPERJ. Então eu fui fazer onde me aceitavam. Então fazia pesquisa em história e fui fazer doutorado em sociologia. E isso de alguma forma que define minha carreira. Tem hora que eu vejo tudo que eu já fiz e penso: “Essa mulher é maluca, estuda isso, estuda aquilo, aquilo outro”, mas no fundo são as mesmas coisas. O objeto é distinto, o foco é próximo. Fiz depois um trabalho comparando a política cultural do Estado Novo com a política cultural do segundo governo Lula [2007-2010], no qual Gilberto Gil é ministro. Então, quer dizer assim, há um viés que guia a produção. Embora os objetos sejam distintos. Mas eu estudei questões que me interessavam: o conflito entre Guerreiro e Florestan, o entendimento da sociologia sobre ele; depois fiz um estudo sobre as Ciências Sociais no Rio de Janeiro, quando estudei o Centro Latino-Americano de Pesquisa, onde eu trabalhei. Então, vamos dizer assim, isso faz uma linha de trabalho.

---

<sup>15</sup> Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

**Guilherme Ribeiro** - Antes de entrar para o CPDOC, você trabalhou na UFF. Como é que foi esse trabalho na UFF, alguém mais aqui da PUC acompanhou você? Como foi esse processo?

**Lucia Lippi** - Alguém me falou: “A UFF está contratando”. Contratando [em regime] CLT; eu não fui estatutária da UFF, não. Mas aí já era o grupo do mestrado. Eu falava assim: “Eu até topo, mas se mais alguém for”. Porque eu falei: “Você entrar numa coisa dessa, sozinha você não consegue fazer nada”. A Celina Vargas deu aula também lá na UFF; a Maria Antonieta Leopoldi, colega do mestrado e que fez doutorado na Inglaterra também deu aula... Outras pessoas que vieram do mestrado de antropologia também foram dar aula lá. Então, teve um grupo de pessoas que estavam nos mestrados de ciência política e de antropologia e que foram dar aula num certo tempo. Agora, era uma coisa muito precária. Você ficava com a pauta na mão e não tinha lugar nem cadeira para se sentar. Era uma pobreza, entendeu? Era uma secretária, um telefone que estava sempre ocupado para todo o departamento. É uma maluquice. Você pode reprovar um aluno, mas você não tem uma cadeira para [se sentar]. A Antonieta mimeografava textos para dar, porque o Departamento não tinha estrutura para fazer cópia. Não tinha livro, não tinha como produzir textos. Então era uma experiência muito difícil, e ao mesmo tempo você tinha que ir para Niterói. Eu comecei no CPDOC, troquei as minhas aulas para a noite, e mantive um tempo. Trabalhava de dia, ia para a UFF, voltava à noite e ia para casa. Eu pedi demissão. Também tinha uma experiência na administração pública que, quando você chega a um lugar, os jovens pegam os piores lugares. Então você tinha que dar aula, vamos supor, segunda de manhã ou sexta à noite. Uma coisa assim! Aí eu falei: “Não quero mais isso”. Aí eu engravidei da minha filha. Como eu era contratada, e não CLT, eu não tinha direito à licença. Então teve, assim, situações importunas. E além do que, eu estava ali, vamos dizer assim, marcando passo para ver o que ia acontecer. Ali foi onde eu dei cursos sobre partidos políticos, que eu tinha estudado. Maria Celina D’Araujo foi minha aluna na UFF, Dulce Pandolfi, Eduardo Gomes, foram meus alunos de lá. Mas era muito difícil. Quer dizer, eu não me preparei para dar aula, era uma coisa difícil para mim, e tinha o contraste também de gerações, de épocas, que marcava a diferença.

**Brena Almeida** - Você é mesmo mais da pesquisa, né?

**Lucia Lippi** - É! E é muito diferente. Eu acho que, hoje eu posso dar aula, e, se um sujeito fizer uma pergunta, você pode dizer com tranquilidade: “Não sei”. Quando você é mais nova, é difícil você dizer que não sabe uma coisa, você fica insegura. Hoje você diz que não sabe e não tem problema nenhum. Eu sei o que eu sei, e, portanto, sei o que não sei também, sem drama.

**Guilherme Ribeiro** - Quando estávamos olhando o seu currículo para esta entrevista, reparamos, especialmente desde a década de 1990 até pouco tempo atrás, a quantidade muito grande da sua presença em bancas de defesa de mestrado e doutorado aqui na PUC. Você tem alguma lembrança de algumas dessas bancas, dessa sua interlocução com professores do departamento?



**Lucia Lippi** - Pois é, mas você deve saber que não era o departamento de Sociologia, era na História, e houve também uma dissertação – para eu lembrar vou ter que olhar no meu currículo Lattes —, do Departamento de Design, uma moça que fez um trabalho sobre os cartazes que o IBGE fez para o Censo de 1940. Absolutamente interessante. Eu estudava Estado Novo, ou seja, era o proposta do que eu estudava. A história é que teria censo a cada 10 anos ou 20 anos, só que o de 1930 não teve, porque ocorreu a revolução. Portanto a gente teve um censo em 1920 e depois o outro censo foi só em 1940. Então era sobre os cartazes de convocação para o censo. Foi um trabalho [incrível]. Depois nunca mais vi essa moça, não sei o que ela fez após o mestrado, mas fiquei amiga do seu orientador Rafael Cardoso. [Risos.] Me permitiu isso. Eu não a conhecia antes, me achou no currículo. E tinha a figura do departamento de História, importante e interessante, chamado Ricardo Benzaquen. Uma figura que foi trabalhar no CPDOC. Ficou um tempo trabalhando na mesma equipe, na Brasileira, ao mesmo tempo em que fazia tese sobre o Gilberto Freyre. Ele depois foi para o IUPERJ. Mas depois voltou a ser professor da PUC exclusivo. Então foi nos anos 1970, 1980 quando eu conheci a Margarida de Souza Neves, o Ilmar Rohloff de Mattos, entre outros. Eu tive muita proximidade com historiadores. Agora, por outro lado, o que me abriu também um universo maior foi a ANPOCS, Associação [Nacional] de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Você passa a conhecer gente do Brasil inteiro, e acaba sendo convidada não só para a banca, mas para fazer palestra aqui, acolá etc.

Eu também tinha uma clareza: era ótimo o trabalho do CPDOC, mas eu não podia ficar fechada nele. Eu tinha consciência de que era importante esta conexão com outros departamentos. O Grupo Pensamento Social Brasileiro, da ANPOCS, foi muito importante e também definiu parte substancial da minha trajetória. Tinha um grupo de pessoas que trabalhavam sob a coordenação do Sergio Miceli e pesquisavam a história da sociologia. Eu também estava estudando sociologia. Fiz um texto sobre sociologia no Rio que, de alguma forma, se contrapunha a um texto da Maria Hermínia Tavares de Almeida. Simplificando: O progresso, a modernidade estavam em São Paulo. Aqui, no Rio, considerado um “balneário decadente” tudo funcionava mal. Mas este grupo da ANPOCS foi muito importante.

Quero registrar ter sido uma experiência de uma geração que se formou aqui na PUC nos anos 1960. Se você olhar o nome das pessoas e tudo que foi feito, eu não sei se teve outra geração — deve ter tido, mas na minha vida não conheço. Vou mencionar aqui os nomes para não deixar de registrar isso. Estão em ordem alfabética: Afrânio Garcia: doutorado no Museu Nacional, foi trabalhar em Paris; Alexandre Barros: doutorado nos Estados Unidos; Alice Rangel tem doutorado na Inglaterra. Foi secretária da ANPOCS várias vezes, trabalhou na ONU; Ana Clara Torres: doutorado na UFRJ, trabalha na área de urbanismo; Celina Vargas do Amaral Peixoto, com papel institucional, cria o CPDOC, dirige o Arquivo Nacional por dez anos; Claudia Menezes: doutorado na USP, dirigiu o Museu do Índio, foi importante na Rio-92; Eurico Borba, diretor do IBGE; Jacques Velloso: foi o primeiro presidente do diretório da Sociologia, doutorado

nos Estados Unidos, especialista da educação superior; José Sérgio Leite Lopes: doutorado no Museu Nacional; Licia Valladares: doutorado na França, teve papel importante na área de estudos urbanos; Luiz Antônio Cunha: importante na área da sociologia da educação; Luiz Antonio Machado da Silva: especialista também em favelas; Madalena Diégues, vai ter papel importante na FINEP; Maria Helena Fernandes Henriques: tornou-se demógrafa, trabalhou em ONU, UNESCO...; Maria Regina Soares de Lima: doutorado nos Estados Unidos, professora no IUPERJ; Maria Laís Pereira da Silva: doutorado na UFRJ, professora na arquitetura da UFF; Moacir Palmeira: doutorado no Museu Nacional, trabalhou no Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Otávio Velho: doutorado no Museu Nacional, e professor ali; Pedro Ribeiro de Oliveira: doutorado em Louvenne, e é uma figura importante dentro da Igreja Católica hoje, assessor da CNBB<sup>16</sup>; Regina Lúcia de Moraes, depois Morel: foi professora da UFRJ, doutorado na USP.; Vilma Figueiredo: doutorado nos Estados Unidos, professora em Brasília etc. Então, além disso, outras figuras relevantes que não eram do meio acadêmico: Sidney Miller, Sérgio Santeiro, Antônio Calmon, Paulo Thiago, ligados ao cinema. Se você entrevistar cada um deles, eles vão contar suas histórias particulares. São pessoas pertencentes a uma mesma geração.

Possivelmente, se eu não tivesse entrado no CPDOC, teria tido outra carreira. A necessidade de pesquisar pensamento sobre os anos 30 me levou a estudar muito. E me permitiu conhecer os diferentes intérpretes do Brasil. Em uma época eu e Marly Motta demos aula sobre pensamento social brasileiro para os economistas da Fundação Getúlio Vargas. Começava com Euclides da Cunha. Eu apresentava o curso dizendo: “É para vocês aprenderem o seguinte: vocês fazem um curso de economia, depois vão para os Estados Unidos, estudam em Chicago, não sei onde, e voltam achando que aqui não tem nada”. E eles gostavam. Conhecer a tradição de intérpretes do Brasil! Conhecer uma tradição. Conhecer a contribuição de uma geração que está acabando a cada dia. O último da semana passada foi Charles Pessanha<sup>17</sup>, que morreu. Fiquei abaladíssima com isto.

**Guilherme Ribeiro** - Já que você falou do pensamento social brasileiro, eu queria pegar esse gancho, porque você estudou o pensamento do Guerreiro Ramos em profundidade. E aqui nós tivemos uma intelectual negra de suma importância, que foi a Lélia González. Você teve alguma proximidade com obra dela ou mesmo com a pessoa de Lélia González?

**Lucia Lippi** - Não, não tive, lamento não ter tido! O Guerreiro pretendia fazer uma sociologia brasileira, então eu fui estudar sua produção, sua trajetória. E ele foi uma das figuras fundamentais no Teatro Experimental do Negro, junto com Abdias do Nascimento. Ter estudado Guerreiro me torna uma pessoa mais ou menos aceita pelos grupos identitaristas hoje porque eu estudei Guerreiro. E eu tenho uma entrevista com ele que, a certa altura, ele fala uma coisa

<sup>16</sup> Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

<sup>17</sup> Professor da UFRJ, Charles Pessanha faleceu em 25 de julho de 2024.

assim do tipo: “A entrevista depende da pergunta do entrevistador”. Eu, novinha, fiquei aflita, e falei o seguinte: “Então o senhor acha que foi afastado do ISEB por sua condição de negro?”. Então ele contou um episódio de que, certa vez, estava respondendo à polícia política sobre o golpe e viu na ficha: “negro metido a sociólogo”. Ele falou: “Metido a sociólogo, não, o maior sociólogo que o Brasil já teve depois de Alberto Torres”. A entrevista está publicada no meu livro *A sociologia do Guerreiro*, e você imagina que àquela altura fazer aquela entrevista foi uma ousadia. Ele não conseguiu fazer a revisão, morreu antes de ler. Foi a filha dele que assinou autorizando a divulgação da entrevista.

Se ele inicia sua vida participando do Teatro Experimental de Negro, treinando pessoas para reagir ao racismo, sua produção seguinte vai inserir o negro na categoria do povo brasileiro. Agora se diz “racismo estrutural”. Parece que o racismo estrutural aparece como conceito central para dar conta da situação. Mas, o que não é estrutural no Brasil? Clientelismo não é estrutural? Patrimonialismo não é estrutural? O racismo também é estrutural! Então não eu acho que esse conceito permita uma compreensão melhor. É óbvio que é estrutural. Um país que teve 350 anos de escravidão não se altera de um dia para o outro, ou melhor, de um século para o outro. E acho que hoje temos concretamente uma mudança, mas a passos ainda lentos e difíceis. E acho que Guerreiro, como Abdias, foram precursores de Lélia González, de Emicida. Vale também lembrar do Celso Athayde, do Preto Zezé, que são figuras interessantes, que superaram suas tremendas experiências de vida.

**Brena Almeida** - Você mencionou uma geração com todo esse lastro, essa da importância do que vocês construíram, apesar da individualidade de cada um. Todos que você mencionou no seu texto e trouxe aqui para nós foram colegas seus aqui da PUC?

**Lucia Lippi** - Não foram colegas de turma, mas estiveram naqueles anos: 1962, 1963, 1964 e 1965. Ou seja, a gente pode chamar de geração. Pessoas que viveram as mesmas experiências de vida. Uma pessoa um pouquinho mais velha vai falar de outros momentos e acontecimentos distintos. Mas é a geração do pré-64, anos 1960, em que a política começa a esquentar mais, a luta pelas reformas de base, o Comício da Central do Brasil... Então você viveu as mesmas experiências. Acho que é isso que marca uma geração. Normalmente a idade é próxima, então não é necessariamente a idade que define geração. Estou falando de um grupo de estudantes que estudaram e se formaram nos anos 1960, no máximo 80 pessoas, e eu [mencionei] uns 30 que se profissionalizaram. É muita gente.

**Guilherme Ribeiro** - Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

**Lucia Lippi** - Eu acho muito importante que a PUC faça essa recuperação, que é muito importante. Eu digo que o Brasil é um pouco ciclótico: ou nós somos um país maravilhoso — como Afonso Celso em *Por que me ufano do meu país*: tem cachoeiras, tem rios etc., tudo maravilhoso —, ou nós temos males de origem, nós somos um lixo, o país mais desigual do mundo. Então você fica numa coisa muito ciclótica. Eu acho que a gente tem várias coisas boas a lembrar, várias coisas

que podem ser criticadas, mas que envolvem essa recuperação. E eu acho importante que a PUC faça uma recuperação de tempos passados. Não só o Departamento de Sociologia, mas a área de sociologia poder apreender o que está acontecendo de novo. Eu posso falar sobre sociologia *ontem* [risos]. Estou me tornando uma espécie de memorialista ... Acho importante se conhecer o passado até para poder propor o novo. Mas, importante, eu também falava muito em sala de aula isso: vocês têm que conhecer o que existe sobre um assunto. Porque vocês vão fazer a pólvora no seu quintal e achar que vocês é que estão descobrindo a pólvora. A pólvora já foi inventada. Vocês têm que saber, a partir disso, com o que vocês vão contribuir, o que há de novo, já que o novo se define como novo em contraposição ao antigo, senão não é nada. Eu digo: agora eu que estou virando memorialista. Há um livro, intitulado *Seduzidos pela memória* (2000) de Andreas Huyssen, que apresenta uma explicação para o que vivemos agora: quanto mais rápido o tempo passa, mais inseguro se torna o futuro, mais se sente necessidade de falar do passado, do patrimônio... Muita rapidez, cria séria insegurança, E aí você retorna ao passado como um terreno de apoio para esta mudança.